



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

**TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL**

**PLANO DE REGULARIZAÇÃO FISCAL DE DOUGLAS DOS SANTOS AGUIAR -  
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL.  
CNPJ-01.436.162/0001-30.**

**PREÂMBULO**

**A UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 131, § 3º, da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 73/1993, doravante denominada “**FAZENDA NACIONAL**”;

1. **DOUGLAS SANTOS AGUIAR**; pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ: 01.436.162/0001-30, sediada na Av. Perimetral, número 900, Bairro DISTRITO INDUSTRIAL DO JATOBÁ (BARREIRO), CEP 30.668-277 , município de Belo Horizonte-MG;
2. **Alto locação de Tubos Ltda**; pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.773.304/0001-80, sediada na rua Joaquim Laranjo, número 166 - A, Bairro Industrial, CEP 32371-470 , município de Contagem-MG;



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

3. **LOCTUB ANDAIMES LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.343.722/0001-08, sediada na rua Marconi, número 92 - A, Bairro Água Branca, CEP 32371-470 , município de Contagem-MG;
4. **SAGUI PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S/A**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 97.525.519/0001-25, sediada na Av. Perimetral, número 900, Sala 01 - A, Bairro DISTRITO INDUSTRIAL DO JATOBÁ (BARREIRO), CEP 30668-277 , município de Belo Horizonte-MG
5. **ANDAYMES INDUSTRIA, COMERCIO E LOCACAO LTDA**; pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ 05.826.817/0001-37, sediada na Av. Perimetral, número 900, Bairro DISTRITO INDUSTRIAL DO JATOBÁ (BARREIRO), CEP 30.668-277 , município de Belo Horizonte-MG
6. **DOUGLAS SANTOS AGUIAR** , Inscrito no CPF número [REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED]
7. **MARIA ISMÁLIA FAGUNDES DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED]
8. **CLEBIS PRADO BONFIM**, inscrito no CPF [REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED]
9. **CHARLES SANTOS DE AGUIAR**, inscrito no CPF [REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED]

doravante denominados **“REQUERENTES”**; em conjunto denominados **“PARTES”** e neste ato representados por seus representantes legais e advogados,

CONSIDERANDO que a legislação estimula a solução consensual de conflitos (CPC, art. 3º, §2º) e que as partes devem agir com boa-fé, cooperando mutuamente para chegarem a essa solução;



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

CONSIDERANDO que a Constituição da República assegura a todos a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade em sua tramitação (CR, art. 5º, LXXVIII);

CONSIDERANDO que dentre os princípios regentes da Administração Pública está a eficiência (CR, art. 37, *caput*);

CONSIDERANDO a aderência da proposta apresentada à atual situação econômico-fiscal do devedor e suas projeções de geração de resultados, que se mostram suficientes para o equacionamento de sua dívida;

FIRMAM o presente **TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL** (“Transação”), com fundamento no art. 171 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional, CTN), na Lei nº 13.988/2020 e na Portaria PGFN nº 6.757/2022, conforme acertado nas cláusulas gerais e especiais dispostas a seguir.



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

**CLÁUSULAS GERAIS**

**DO OBJETO DA TRANSAÇÃO E DO PASSIVO FISCAL**

**CLÁUSULA 1ª.** A presente Transação tem por finalidade a regularização dos débitos inscritos em dívida ativa da União, a redução de litígios e, mediante concessões mútuas, compatibilizar os interesses das Partes quanto à redução dos riscos e ônus associados ao inadimplemento da dívida e à cobrança forçada, promovendo a satisfação do crédito dentro dos limites da capacidade de pagamento do contribuinte a fim de garantir a sobrevivência da atividade produtiva.

**CLÁUSULA 2ª.** A Transação objetiva o equacionamento de todo o passivo fiscal dos Requerentes na data da celebração do presente, composto pelos créditos inscritos em dívida ativa da União (“CDAs”) indicados no ANEXO I.

§1º. Eventuais débitos dos Requerentes que venham a ser inscritos em dívida ativa da União ou débitos já inscritos que se tornarem exigíveis após a assinatura não poderão ser incluídos no objeto da presente transação.

§2º. Eventuais elevações ou reduções da capacidade de pagamento dos Requerentes durante a vigência do presente acordo não gera para as partes direito subjetivo à renegociação dos termos da transação individual ora celebrada.





**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

**OBRIGAÇÕES DOS REQUERENTES**

**CLÁUSULA 3ª.** Os Requerentes aceitam as condições da presente transação e assumem os seguintes compromissos e obrigações:

**I** - Fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;

**II** - Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

**III** - Manter a regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

**IV** - Regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que vierem a ser inscritos em Dívida Ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação;

**V** - Não alienar, no curso da Transação, bens ou direitos próprios que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos neste termo sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional, bem como demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento das obrigações contraídas com a celebração da transação em caso de alienação ou de oneração de bens ou direitos integrantes do respectivo ativo não circulante;

**VI** - Renunciar expressamente a quaisquer alegações de direito e questionamentos, pelas vias administrativas e judicial, dos débitos relacionados no ANEXO I;

**CLÁUSULA 4ª.** Por meio do presente termo, com efeitos a partir de sua subscrição pelas partes, os Requerentes, de forma expressa e irrevogável:



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região**  
**Divisão de Negociações**

**I** - Reconhecem e confessam, de forma irrevogável e irretratável, os débitos relacionados no ANEXO I, bem como sua responsabilidade pelo pagamento destes, confissão essa renovada a cada pagamento periódico, abstendo-se de discuti-las em ação judicial presente ou futura;

**II** - Declaram que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não omitiram informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores, autorizando o acesso da Fazenda Nacional às suas declarações e escritas fiscais;

**III** - Autorizam a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de eventuais valores relativos a restituições, ressarcimentos ou reembolsos reconhecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, com prestações do acordo firmado, vencidas ou vincendas; e

**IV** - Autorizam a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a precatórios federais de que sejam credores.

§1º. A confissão do inciso I produz os efeitos do art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional, c/c art. 202, VI, do Código Civil em relação aos créditos não tributários, implicando a interrupção e suspensão do prazo prescricional de todos os débitos objeto do acordo enquanto vigente a presente transação, renovando-se tais efeitos a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação esteja vinculada a apenas uma das inscrições.

§2º. A celebração da transação não implica renúncia de direito por parte da Fazenda Nacional na indicação de outros responsáveis tributários para responderem pelos débitos do ANEXO I em caso de rescisão do presente, com o prosseguimento das respectivas execuções fiscais, não correndo qualquer prazo prescricional durante a vigência desta transação.



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

**DO PLANO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA TRANSACIONADA**

**CLÁUSULA 5ª.** Considerando a situação econômica dos Requerentes e sua capacidade de pagamento, aferidas a partir da verificação das informações cadastrais patrimoniais ou econômico-fiscais prestadas pelo próprio devedor ou por terceiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou aos demais órgãos da Administração Pública, serão concedidas as condições para adimplemento da Dívida Transacionada descritas nas “Cláusulas Especiais” e no ANEXO II, observados os seguintes pressupostos:

**I** - Eventuais créditos que os Requerentes venham a dispor, por precatório, levantamento de depósito judicial ou qualquer outro meio, perante a União ou outros entes federados, deverão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação; e

**II** - A Dívida Transacionada constante do ANEXO I somente será extinta quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração da Transação.

**§1º** Os débitos **inscritos em dívida ativa da União** serão quitados conforme plano de pagamento descrito no ANEXO II e nas cláusulas especiais, com indicação do percentual das parcelas a serem pagas, cujo valor exato será obtido quando do cadastramento e consolidação das contas para débitos previdenciários e não previdenciários no sistema de parcelamentos da PGFN – SISPAR:

**I** - Os pagamentos serão efetuados até o último dia útil de cada mês, por meio de documento de arrecadação a ser obtido pelos Requerentes através do REGULARIZE, sendo o primeiro pagamento essencial para formalização do acordo;

**II** - As amortizações dos débitos inscritos na dívida ativa da União serão acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, ou por outro índice que vier a substituí-la, acumulada mensalmente, calculados a partir



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região**  
**Divisão de Negociações**

do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado;

**III** - Na hipótese de pagamento antecipado de qualquer das parcelas, os juros previstos na cláusula anterior serão computados até a data do referido pagamento.

§2º Os débitos de FGTS e contribuições da LC 110 serão quitados conforme plano de pagamento descrito no ANEXO II e nas Cláusulas Especiais, sendo indicativo do valor das parcelas a serem pagas, cujo valor exato será obtido quando da operacionalização do acordo pela Caixa Econômica Federal.

**I** - O pagamento da totalidade dos débitos de contribuição de FGTS rescisório deverá ser realizado a título de entrada, assim como os débitos de contribuições mensais devidas a trabalhadores com vínculos rescindidos à época da contratação e que reúnam as condições legais para a utilização de valores de sua conta vinculada.

**II** - Os descontos a serem ofertados somente poderão incidir sobre os valores devidos ao FGTS, sendo vedada, portanto, a redução de valores devidos aos trabalhadores.

**III** - O valor de cada parcela será corrigido de acordo com o disposto na Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

**IV** - A responsabilidade pela operacionalização do acordo e emissão das guias de pagamento com as devidas correções é da Caixa Econômica Federal.

§3º Os débitos inscritos em dívida ativa da União e os débitos de FGTS e contribuições da LC 110 serão atualizados até a data do cadastramento e consolidação das contas nos sistemas de parcelamentos da PGFN-SISPAR e da CAIXA, que poderá ocorrer em mês posterior ao da assinatura do termo, quando serão obtidos o valor exato do saldo devedor de cada conta e os descontos efetivos aplicados.





**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

**CLÁUSULA 6ª.** Os Requerentes concordam que os depósitos judiciais em dinheiro e valores oriundos de bloqueio de contas bancária disponíveis em quaisquer ações envolvendo os débitos transacionados sejam transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda para seu pagamento, afastada a aplicação de qualquer tipo de desconto.

§1º O aproveitamento dos valores a que se refere o *caput* ocorrerá após o cumprimento da ordem judicial de transformação em pagamento definitivo ou conversão em renda pela instituição financeira depositária.

§2º Para efetiva amortização dos débitos, a FAZENDA NACIONAL fica autorizada a: (a) retirar provisoriamente da conta de transação a CDA que será objeto da inclusão do depósito; (b) amortizar a CDA com o valor do depósito transformado; e (c) reincluir a CDA na conta de transação.

§3º Na impossibilidade de adoção do procedimento previsto no *caput* e nos parágrafos anteriores, eventuais depósitos serão imputados na conta de transação individual a ser criada pela FAZENDA NACIONAL.

**DAS GARANTIAS**

**CLÁUSULA 7ª.** A formalização da presente Transação implica manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas administrativamente ou nas ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial, sem prejuízo das garantias eventualmente oferecidas no presente acordo.



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

## **DOS LITÍGIOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS**

**CLÁUSULA 8ª.** Cabe às Requerentes desistir das impugnações ou dos recursos administrativos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações ou recursos; e renunciar a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações judiciais, inclusive as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea c do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), conforme exigência dos incisos IV e V do art. 3º da Lei nº 13.988/2020.

§1º A desistência e a renúncia de que tratam o *caput* não eximem os Requerentes do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais devidos.

§2º Em até 60 (sessenta) dias após a assinatura deste termo, os Requerentes deverão peticionar nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada para noticiar ao juízo a celebração desta Transação, desistir da impugnação, recurso ou ação e renunciar aos direitos sobre os quais se fundam, confessando a dívida de forma irrevogável e irretratável.

## **DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO**

**CLÁUSULA 9ª.** Implicará rescisão do acordo de transação individual, com afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores pagos, bem como a retomada imediata da exigibilidade de todos os débitos descritos no ANEXO I e execução da garantia:

**I** - A falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas ou da prestação final, estando pagas todas as demais;

**II** - A constatação, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial





**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região**  
**Divisão de Negociações**

do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente à sua celebração;

**III** - A decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, dos Requerentes;

**IV** - A concessão definitiva de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397/1992;

**V** - A declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430/1996;

**VI** - O descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

**VII** - O não peticionamento, pelos Requerentes, nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para noticiar aos juízos a celebração do acordo de transação individual e confessar de forma irrevogável e irretratável dos débitos;

**VIII** - O descumprimento ou cumprimento irregular de qualquer cláusula ou condição deste termo de transação, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação;

**IX** - A constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas na Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive com relação aos documentos contábeis e fiscais;

**X** - A constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial dos Requerentes como forma de fraudar o cumprimento da Transação;

**XI** - A comprovação de que os Requerentes se utilizam de pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional; e



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região**  
**Divisão de Negociações**

**XII** - A comprovação de que os Requerentes incorreram em fraude à execução, nos termos do art. 185 do CTN, e não reservaram bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

§1º. Sempre que verificada hipótese de rescisão da transação, caberá à Fazenda Nacional a notificação das Requerentes com concessão de prazo para regularização do vício ou a demonstração de sua inexistência.

§2º. A notificação a que se refere o parágrafo anterior ocorrerá por mensagem no Regularize enviada apenas ao titular das contas SISPAR criadas em virtude da presente transação.

**CLÁUSULA 10ª.** A rescisão da transação implicará a cobrança dos débitos, deduzidos os valores pagos sem descontos, bem como autorizará a execução das garantias prestadas e a prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais.

§1º Rescindida a Transação, ou em caso de desistência dos Requerentes, é vedada, pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data da rescisão ou desistência, a formalização de nova transação, ainda que relativa a débitos distintos.

§2º O procedimento de rescisão da transação observará o disposto na Portaria PGFN nº 6.757/2022, ou ato que vier a substituí-la.

§3º Caso as garantias oferecidas no presente termo não sejam suficientes, responderão pelos débitos todos os demais bens dos Requerentes, sem qualquer benefício de ordem ou preferência.

§4º Eventual desistência desse acordo, ainda que para adesão a outra transação ou parcelamento, não implicará liberação das garantias ofertadas.

§5º Observado o valor da avaliação apresentada, na hipótese de rescisão da transação, os Requerentes conferem à Fazenda Nacional o direito expropriar os bens descritos no *caput* mediante alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região**  
**Divisão de Negociações**

credenciado (art. 880 do CPC), que poderá, a critério da Fazenda Nacional, ser realizada através da plataforma eletrônica “COMPREI” da PGFN, regulamentada pela Portaria PGFN nº 3.050/2022, ou equivalente que venha a sucedê-la, admitindo-se o acolhimento de proposta que não caracterize preço vil, conforme definido pelo parágrafo único do art. 891 do CPC.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA 11ª.** A presente transação terá o prazo de vigência do plano de pagamento, ou prazo menor, caso sejam cumpridas todas as obrigações aqui previstas.

§1º Antes da sua assinatura, todos os termos e condições desta transação podem ser alterados unilateralmente pela Fazenda Nacional, não gerando ou representando direito adquirido ou expectativa de direito para os Requerentes.

§2º A presente transação vincula e produz efeitos para todos os Requerentes, seus sucessores e adquirentes a qualquer título, ainda que a Fazenda Nacional não tenha tido qualquer tipo de conhecimento de eventuais mudanças contratuais, societárias, sucessórias, sendo transmitidos todos os direitos e obrigações do presente instrumento.

§3º A celebração desta transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelos Requerentes ou o cumprimento das obrigações acessórias.

§4º A transação, uma vez celebrada, está sujeita a ampla publicidade e transparência ativa, ressalvada a divulgação de informações protegidas por sigilo.

§5º Ressalvam-se da previsão do parágrafo anterior a minuta, ou simples proposta de transação, assim como as informações, os termos e condições que lhe fazem parte enquanto não assinado o termo, todos acobertados por sigilo fiscal, sendo vedada sua divulgação, no todo ou em parte, sujeitando-se o infrator às penalidades cabíveis.



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região**  
**Divisão de Negociações**

§6º Todas as comunicações envolvendo o presente acordo serão realizadas via SICAR/REGULARIZE, com expressa menção ao respectivo processo SEI.

§7º A presente transação e a interpretação das suas cláusulas não podem implicar a renúncia às garantias e aos privilégios do crédito tributário.

§8º O presente termo, seus anexos e demais documentos utilizados para celebração da transação serão arquivados no respectivo processo SEI.

§9º A presente transação individual foi autorizada na forma prevista na Portaria PGFN 6.757/2022 e começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas partes, sob condição resolutiva do pagamento da primeira prestação e das demais obrigações com prazos de cumprimento estabelecidos no acordo, inclusive a homologação judicial.

**CLÁUSULA 12ª.** As cláusulas especiais derogam as cláusulas gerais naquilo que com elas forem incompatíveis.

**CLÁUSULA 13ª.** Fica eleito o foro da Subseção Judiciária de Belo Horizonte/MG para dirimir questões relativas ao presente termo de transação.

## **DOS ANEXOS**

São parte integrante da Transação os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Débitos incluídos na transação;

**Anexo II:** Garantias;

**Anexo III:** Plano de pagamento;





**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

**CLÁUSULAS ESPECIAIS**

**OBRIGAÇÕES E DECLARAÇÕES DOS REQUERENTES**

**CLÁUSULA 1ª.** Os Requerentes aceitam as condições da presente transação e:

**I** – Reconhecem que integram o grupo econômico aqui denominado “GRUPO BRASTUB” e concordam com o lançamento de todos os seus integrantes nos sistemas da dívida ativa como responsáveis solidários pelos débitos relacionados no ANEXO I;

**II** - Reconhecem que utilizaram e obrigam-se a não utilizar pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da União;

**III** - Reconhecem a alienação e declaram que não alienarão ou onerarão bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;

**IV** – Concordam com a utilização de créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em seu favor que vierem a ser conhecidos, previamente à utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL no pagamento do acordo firmado;

**Parágrafo Único** – A celebração desta transação e assunção de responsabilidade prevista no inciso I não implicam em renúncia de direito por parte da Fazenda Nacional da indicação de outros responsáveis tributários para responderem pelos débitos do Grupo “GRUPO BRASTUB” em caso de rescisão do presente acordo, com o prosseguimento das respectivas execuções fiscais, não correndo qualquer prazo prescricional durante a vigência desta transação.



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

**V** - Obrigam-se a manter, por cinco anos ou até liquidação integral do acordo, os livros e os documentos exigidos pelas normas fiscais;

**CLÁUSULA 2ª** Os Requerentes reconhecem e confessam sua responsabilidade, de forma irrevogável e irretratável, em relação aos débitos constituídos em face de POLO ANDAIMES LTDA, CNPJ 12.032.808/0001-30 e VÉRTICE PROJETOS LTDA, CNPJ 11.221.245/0001-65, inscritos em dívida ativa até a data de assinatura do acordo.

§1º Os requerentes reconhecem a responsabilidade pelo pagamento dos débitos inscritos em dívida ativa até a data da assinatura do acordo em nome de POLO ANDAIMES LTDA, CNPJ 12.032.808/0001-30 e VÉRTICE PROJETOS LTDA, CNPJ 11.221.245/0001-65, bem como, assumem total responsabilidade pelo seu pagamento e autorizam que os mesmos componham o plano de pagamento da presente transação constante do anexo III.

§2º Os débitos eventualmente inscritos em dívida ativa após a celebração do acordo em face da sociedade POLO ANDAIMES LTDA, CNPJ 12.032.808/0001-30 e VÉRTICE PROJETOS LTDA, CNPJ 11.221.245/0001-65, não serão causa de rescisão automática do acordo.

§3º A União reservar-se o direito, através de todos os mecanismos jurídicos de que dispõe, de buscar a recuperação de seu crédito porventura inscrito contra POLO ANDAIMES LTDA, CNPJ 12.032.808/0001-30 e VÉRTICE PROJETOS LTDA, CNPJ 11.221.245/0001-65, sem prejuízo de, em sendo provada a responsabilidade pelos débitos de quaisquer signatários do presente acordo, rescindi-lo nos termos das cláusulas da presente transação.





**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

**DO PLANO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA TRANSACIONADA**

**CLÁUSULA 1ª.** Considerando a situação econômica dos Requerentes, aferida a partir da verificação das informações cadastrais patrimoniais ou econômico-fiscais prestadas pelo próprio devedor ou por terceiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou aos demais órgãos da Administração Pública, bem como a capacidade de pagamento aferida com base em diversas fontes de informação, serão concedidos os seguintes benefícios:

**II-** Desconto máximo de até 61% para os créditos “DEMAIS” e de até 65% para os créditos “PREVIDENCIÁRIOS” para cada uma das inscrições em dívida ativa, individualmente, vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros, encargos) e desconto máximo de 29,14% para os créditos devidos ao FGTS e de 70% para as Contribuições Sociais para cada uma das inscrições em dívida ativa do FGTS relacionadas no ANEXO I, vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros, encargos).

**III** – Prazo para quitação de 60 meses para os débitos previdenciários e de 96 meses para os demais débitos, ambos em prestações variáveis conforme escalonamento constante do ANEXO III.

§1º. Quaisquer pagamentos, recolhimentos ou compensações em valor superior ao das parcelas vencidas, até o limite do saldo devedor, serão alocados nas parcelas vincendas, em ordem crescente.

**DAS GARANTIAS**

**CLÁUSULA 3ª.** Os Requerentes oferecem garantias à presente transação os bens imóveis, móveis e direitos decorrentes da alienação fiduciária relacionados no ANEXO II.

§1º Os Requerentes concordam e consente com o oferecimento dos bens descritos no ANEXO II em garantia da presente transação e consequente penhora em execução fiscal de débito do ANEXO I, conforme cláusula 4ª.



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

§2º Os Requerentes assumem total responsabilidade pela identificação, qualificação, limites, localização, propriedade, registro, cadeia dominial e riscos de evicção da garantia indicada no inciso ANEXO II deste instrumento.

§3º OS Requerentes declaram que os bens descritos no ANEXO II encontram-se livres e desimpedidos de ônus, penhora e quaisquer dívidas propter rem que possam ferir a preferência creditícia da União, na forma do art. 186 do CTN, exceto aqueles já averbados até a data da assinatura do presente termo.

§4º Ocorrendo perecimento, depreciação, deterioração ou oneração oriunda de credores preferenciais que cause redução significativa (superior a 20%) do valor dos bens referidos no ANEXO II comprometem-se os Requerentes a promover a substituição ou reforçar a garantia com outros bens, a critério da Fazenda Nacional, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação, sob pena de rescisão do presente.

§5º Observado o valor da avaliação apresentada, na hipótese de rescisão da transação, os Requerentes conferem à Fazenda Nacional o direito expropriar os bens descrito no **ANEXO II**, mediante alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado (art. 880 do CPC), que poderá, a critério da Fazenda Nacional, ser realizada através da plataforma eletrônica “COMPREI” da PGFN, regulamentada pela Portaria PGFN nº 3.050/2022, ou equivalente que venha a sucedê-la, admitindo-se o acolhimento de proposta que não caracterize preço vil, conforme definido pelo parágrafo único do art. 891 do CPC.

**CLÁUSULA 4ª.** A garantia dos débitos incluídos na presente transação será formalizada mediante penhora na execução fiscais nº 396397620184013800, ou em outras que a Fazenda Nacional vier a indicar, dos bens indicados na cláusula 3ª e descritos no ANEXO II, e vigorará até o efetivo pagamento das dívidas.

§1º Eventuais despesas com a formalização das penhoras, inclusive sua avaliação e registro junto aos Cartórios de Registro de Imóveis são de exclusiva responsabilidade dos Requerentes.



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região**  
**Divisão de Negociações**

**DA LIBERAÇÃO DE BENS**

**CLÁUSULA 5ª** A União concorda com o levantamento da indisponibilidade oriunda da medida cautelar número 0014987-71.2014.4.01.3820, em relação ao seguinte imóvel: imóvel lote terreno 02, situado na Quadra G, da Vila Santa Helena. Registrado no 3º CRI de Belo Horizonte, matrícula 55.909, relativo à cota parte de ¼ de propriedade de Clebis Prado Bonfim, CPF [REDACTED]

**DA ALIENAÇÃO DE BENS**

**CLÁUSULA 6ª.** A União, **observado o procedimento previsto na cláusula 7ª**, concorda com a alienação dos bens dados em garantia constantes do **ANEXO II -A**, cujos valores oriundos da alienação, deverão, obrigatoriamente, serem utilizados para o pagamento das prestações do presente acordo;

§1º Ocorrendo a venda dos bens imóveis constantes do ANEXO II somente poderá haver levantamento de qualquer saldo remanescente pelo requerente após o cumprimento integral da presente transação;

**CLÁUSULA 7ª.** Os bens descritos no ANEXO II poderão ser alienados pelos Requerentes, livres de quaisquer ônus para a União, mediante autorização do Juízo em que for efetuada penhora dos bens e observado o disposto no artigo 880 do CPC..

§1º As alienações dos bens também deverão observar as seguintes disposições:

**I** - O pedido de alienação por iniciativa particular deverá ser instruído com avaliação e documento atualizado comprobatório da propriedade do bem;



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região**  
**Divisão de Negociações**

**II** - O produto da alienação deverá ser utilizado para quitação do plano de pagamento, até o limite do saldo devedor da transação, deduzindo os tributos incidentes sobre a venda;

**III** - As garantias poderão ser alienadas por valor inferior ao da avaliação apresentada à Fazenda Nacional, respeitado o disposto no parágrafo primeiro desta cláusula.

§1º. Caso o valor da alienação seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação apresentada, os Requerentes deverão apresentar garantia substitutiva ao bem alienado.

§2º A garantia substitutiva descrita no parágrafo anterior, que será aceita a critério da Fazenda Nacional, deverá ter valor igual ou superior à diferença entre 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação do bem alienado e o valor da alienação.

§3º. Autorizada judicialmente a alienação do bem, o comprador pagará o respectivo preço preferencialmente mediante o recolhimento de DARF diretamente na conta de transação individual a ser criada pela Fazenda Nacional ou, excepcionalmente, por depósito DJE vinculado a conta judicial, que deverá ser transformado em pagamento definitivo em favor da Fazenda Nacional.

§4º. Fica assegurada a anuência da Fazenda Nacional com a baixa da penhora/construção anteriormente registrada após pago integralmente o preço e recomposta a garantia, quando for o caso.

§5º. As prestações devidas para amortização da conta de transação deverão ser quitadas até a data do vencimento de cada parcela independentemente do êxito da alienação prevista no caput.

§6º. Eventual tentativa frustrada de alienação de bens nos termos do caput não impede a rescisão da presente transação, caso ocorra alguma hipótese de rescisão prevista no presente termo.





**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região**  
**Divisão de Negociações**

§7º Ocorrendo a alienação, a requerente deverá manter-se adimplente com suas parcelas, durante todo o período que se fizer necessário para que a União adote as medidas Administrativas com a finalidade de imputar os valores na conta de transação para sua correta apropriação.

**PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS**

**CLÁUSULA 9ª** As partes concordam com a extinção da Medida Cautelar Fiscal nº 0014987-71.2014.4.01.3820 em relação aos Proponentes, a ser requerida pela Fazenda Nacional em até 60 dias após o registro das penhoras mencionadas na cláusula 4ª das cláusulas especiais, sendo incabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios a quaisquer das partes, que renunciam reciprocamente à sua fixação.

§1º. Os Requerentes deverão desistir de quaisquer ações de defesa, incidentes, impugnações ou recursos vinculados à ação mencionada no caput no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do presente termo.

§2º As partes concordam com a suspensão da ação descrita no caput até o pedido de extinção ali mencionado.

**CLÁUSULA 10ª.** As execuções fiscais dos débitos do ANEXO I ficarão suspensas até o adimplemento integral do acordo.

**CLÁUSULA 11ª** Os Requerentes deverão desistir e renunciar ao direito sob o qual se funda a ação, de todas ações que discutam os débitos transacionados e ou corresponsabilidade no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do presente acordo.



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

**HIPÓTESES DE RESCISÃO**

**CLÁUSULA 12ª.** Implicará rescisão do acordo de transação individual, com afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores pagos, bem como a retomada imediata da exigibilidade de todos os débitos descritos no ANEXO I e execução da garantia, ALÉM DAS HIPÓTESES PREVISTAS NA CLÁUSULA GERAL 8ª, a inadimplência isolada de quaisquer prestações previstas nas parcelas, 18ª (décima oitava); 36ª (trigésima sexta); 60ª (sexagésima) ou 72ª (septuagésima segunda) do plano de pagamento dos créditos “DEMAIS”

.

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA 13ª.** O presente termo, seus ANEXOS e demais documentos utilizados para celebração da transação serão arquivados no processo SEI número 10695.004039/2024-64 .





**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

**DO ANEXO**

É parte integrante do Termo de Transação o ANEXO contendo a Relação de débitos transacionados, Garantias Ofertas e o Plano de Pagamento de Prestações Escalonadas.

Firmam as partes o presente termo juntamente com o ANEXO para que produzam os efeitos desejados.

**Valor objeto da transação: R\$156.771.110,29 (Julho de 2024)**



**ANTONIO SCOPEL RAMOS**  
Procurador da Fazenda Nacional

PRFN6/NEGOCIA, Julho de 2024.



**CRISTIANO SILVÉRIO RABELO**  
Procurador-Chefe da Dívida Ativa na 6ª Região



**RANULFO ALEXANDRE PINGOSVIK  
DE MELO VALE**  
Procurador-Regional da Fazenda Nacional da  
6ª Região



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

- a) Em nome Próprio e como **Empresário Individual**, CNPJ: **01.436.162/0001-30**;  
**DOUGLAS SANTOS AGUIAR**,

**DOUGLAS DOS  
SANTOS AGUIAR:**

Assinado digitalmente por DOUGLAS DOS SANTOS AGUIAR

**DOUGLAS SANTOS AGUIAR**

CPF [REDACTED]

- b) como representante legal de: **Alto locação de Tubos Ltda**; no CNPJ  
**03.773.304/0001-80**

**CHARLES SANTOS DE  
AGUIAR:**

Assinado de forma digital por CHARLES SANTOS

**CHARLES SANTOS DE AGUIAR**

CPF: [REDACTED]

**CLEBIS PRADO  
BONFIM:**

Assinado digitalmente por CLEBIS PRADO

**CLEBIS PRADO BONFIM**

CPF: [REDACTED]



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

c) como representante legal de **LOCTUB ANDAIMES LTDA**, CNPJ  
**04.343.722/0001-08**:

CHARLES SANTOS DE AGUIAR: Assinado de forma digital por CHARLES SANTOS DE AGUIAR

**CHARLES SANTOS DE AGUIAR**

CPF: [REDACTED]

MARIA ISMALIA FAGUNDES DOS SANTOS: Assinado digitalmente por MARIA ISMALIA FAGUNDES DOS SANTOS

**MARIA ISMALIA FAGUNDES DOS SANTOS**

d) como representante legal de **SAGUI PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S/A**, CNPJ  
**97.525.519/0001-25**

MARIA ISMALIA FAGUNDES DOS SANTOS: Assinado digitalmente por MARIA ISMALIA FAGUNDES DOS SANTOS

**MARIA ISMALIA FAGUNDES DOS SANTOS**

CPF [REDACTED]

DOUGLAS DOS SANTOS AGUIAR: Assinado digitalmente por DOUGLAS DOS SANTOS AGUIAR

**DOUGLAS SANTOS AGUIAR**

CPF [REDACTED]



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região  
Divisão de Negociações

e) Como representante legal de **ANDAYMES INDUSTRIA, COMERCIO E  
LOCACAO LTDA**, CNPJ 05.826.817/0001-37;

MARIA ISMALIA Assinado digitalmente por MARIA ISMALIA FAGUNDES DOS SANTOS:  
FAGUNDES DOS  
SANTOS:

**MARIA ISMÁLIA FAGUNDES DOS SANTOS**

CPF   
DOUGLAS DOS Assinado digitalmente por DOUGLAS DOS SANTOS AGUIAR:  
SANTOS AGUIAR:

**DOUGLAS SANTOS AGUIAR**

CPF

Em nome Próprio:  
CLEBIS Assinado digitalmente por CLEBIS PRADO  
PRADO  
BONFIM:

**CLEBIS PRADO BONFIM**

CPF:

MARIA ISMALIA Assinado digitalmente por MARIA ISMALIA  
FAGUNDES  
DOS SANTOS:

**MARIA ISMÁLIA F DOS SANTOS**

CPF

CHARLES SANTOS DE Assinado de forma digital por CHARLES  
AGUIAR: SANTOS DE AGUIAR:

**CHARLES SANTOS DE AGUIAR**

CPF:

Advogado